

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFJRJ

www.sintufjrj.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Nas ruas, em defesa da democracia e de direitos

A votação na Câmara dos Deputados que determinou a abertura do processo de impedimento da presidenta da República, no domingo, revelou a mediocridade que habita no Congresso Nacional.

Sob o comando do gângster Eduardo Cunha, o espetáculo midiático do Golpe de 17 de abril entra para a história da Nação pelos motivos sórdidos que ele encerra, cujo Judiciário foi parceiro.

A Constituição de 1988 está sendo rasgada, enquanto o país é negociado pelos criminosos que julgam uma mulher honrada eleita com 54 milhões de votos.

Só o povo nas ruas pode reverter essa triste realidade que tentam nos impor. *PÁGINAS 5 E 6*



A luta por democracia também ocorre na UFRJ

A decisão do reitor de realizar nova eleição para os órgãos colegiados, desconsiderando os cerca de quase dois mil votos depositados nas urnas em 2015, mostra a falta de democracia interna na universidade.

Em mais de uma assembleia, a categoria deliberou pela contagem dos votos, mas a Reitoria não quer reconhecer a soberania desta instância de decisões dos trabalhadores. *PÁGINA 4*

Vacinação contra a gripe

Começa a partir de 2 de maio, no Centro de Vacinação de Adultos da UFRJ, a vacinação contra a gripe H1N1. O Centro fica no térreo do bloco L do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Atendimento das 9h às 16h, sendo que fecha para almoço das 13h às 14h.

Delegação do Sintufjrj nas manifestações contra o golpe nos dias 16 e 17, em Brasília



DOIS PONTOS

Edital INTENSIVÃO para o Enem e Uerj 2016

1. Podem se inscrever no INTENSIVÃO para o Enem e Uerj 2016:

- a) Servidores técnico-administrativos em educação da UFRJ sindicalizados ao SINTUFRJ que estejam em dia com suas relações com o sindicato de acordo com o seu estatuto.
- b) Dependentes diretos de servidores técnico-administrativos em educação da UFRJ sindicalizados.

Observação: A inscrição será feita presencialmente na subsele do HUCFF.

2. As inscrições serão realizadas no período de 2 a 13 de maio de 2016 das 11h às 20h, ou até o preenchimento das vagas.

Observação: Caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas, priorizaremos a ordem de

inscrição e de prioridade.

3. Distribuição e número de vagas:

- Ao todo serão oferecidas 60 vagas. A distribuição das vagas será feita segundo a seguinte ordem de prioridade:
- a) Servidores técnico-administrativos em educação definidos pelo item 1.a deste edital;
- b) Alunos remanescentes de 2015

desde que tenham cumprido as exigências que constam no Regimento dos Estudantes, desde que esteja inserido em alguns dos itens deste edital;

c) Dependentes definidos pelo item 1.b deste edital.

4. Calendário:

Inscrição: de 2 a 13 de maio de 2016.
Horários: segunda a sexta: das

11h às 20h.

Telefone da subsele HUCFF: 3866-6939.

5. Local e horário das aulas:

O INTENSIVÃO funcionará de segunda a sexta-feira, das 16h às 21h, na subsele do HUCFF.

6. Início das aulas:

As aulas terão início no dia 16 de maio de 2016, às 16h.

Defensores de direitos humanos correm risco de morte no Brasil

O site da ONG Justiça Global noticiou, no dia 9 de março, que o país é um dos mais violentos para mulheres e homens defensores de direitos humanos. Nos primeiros meses de 2016, foram mortos oito cidadãos que lutam nessa frente, e é grande o número de ameaças e ataques a organizações e movimentos da sociedade civil.

Segundo levantamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, citado pela ONG, os números colocam o Brasil à frente de Colômbia e México. A situação ficou ainda mais grave, de acordo com a matéria, no segundo semestre de 2015, quando uma reforma ministerial uniu secretarias que tinham status de ministério e fragilizou as políticas de direitos humanos.

A Justiça Global considera que a medida enfraqueceu o Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Essa situação levou as organizações Terra de Direitos, Conselho Indigenista, Artigo 19, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a própria Justiça Global a enviar um informe para a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os crimes se concentram nos estados do Norte e Nordeste, dentro do contexto de disputa pelo direito à terra e ao território. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa que, em 2015, foram 50 mortos, 144 pessoas ameaçadas e 59 tentativas de homicídio em conflitos por terra no Brasil. Os

estados de Rondônia, Pará e Maranhão concentram 90% desses casos. De 2010 a 2015, ocorreram 219 mortes e 300 tentativas de homicídio em razão de conflito agrário no país.

A CPT revela que há também informações sobre outros grupos vulneráveis, como indígenas e jornalistas, cujas mortes têm crescido. Somente ano passado, seis jornalistas foram assassinados no país, o que coloca o Brasil como o terceiro país mais perigoso para esses profissionais, atrás apenas da Síria (com 13 mortes) e da França (que registrou nove casos devido ao atentado ao jornal *Charlie Hebdo*).

*Informações publicadas na revista *Radis*, da Fiocruz

Adesões ao plano Amil até 25 de abril

Os recém-ingressos na UFRJ e demais sindicalizados ao Sintufrj têm até o dia 25 de abril para aderir ao plano Amil. Informações com o Setor de Convênio da entidade pelos telefones 3194-7102 e 3194-7103.

Alerta aos aposentados

Ao ir ao banco se cadastrar, cheque com o gerente as informações das por funcionários, se elas forem contrárias às orientações já recebidas.

Megaeventos e impactos nas cidades

Na terça-feira, dia 19, será lançada a *Revista Praia Vermelha*, às 18h, no auditório da Escola de Serviço Social (campus Praia Vermelha). O tema central da edição trata dos megaeventos e seus impactos para as cidades. O evento contará com a exibição do documentário *Domínio Público*.

Produzido por Fausto Mota, Raoni Vidal e Henrique Ligeiro, o documentário mostra os impactos dos megaeventos Copa do Mundo

de 2014 e Olimpíadas de 2016, na Cidade do Rio de Janeiro, e o legado deixado para a população.

Entre os anos de 2011 e 2014, Fausto, Raoni e Henrique investigaram as transformações no Rio de Janeiro em decorrência dos megaeventos: UPPs nas favelas, remoções forçadas, privatizações de espaços públicos e revoltas populares.

Os 100 primeiros presentes receberão um exemplar da publicação.

Nota de falecimento 1



Com pesar, informamos o falecimento da técnica-administrativa em educação da Faculdade de Letras Evanilda Silva, 56 anos, ocorrido no dia 3 de abril, em consequência de um câncer. Funcionária da UFRJ desde a década de 1990, deixa um filho e muitas saudades aos que tiveram o privilégio de trabalhar com ela na universidade.

Nota de falecimento 2

Paulo Sérgio Cunha Teixeira foi outro companheiro que nos deixou recentemente. Na UFRJ desde fevereiro de 1975, sua trajetória profissional na instituição foi sempre exemplar. Ele participou das contratações de pessoal para o início das atividades do HUCFF, esteve à frente do DAG de 2010 a 2013, exerceu atividades administrativas na Faculdade Nacional de Direito e sua última lotação foi no Centro de Letras e Artes (CLA).



Seus ex-companheiros de trabalho registram ainda que Paulo Sérgio era um servidor apaixonado pelas causas da universidade, e vivia de modo muito intenso cada novo projeto que lhe era confiado.

Visitação gratuita ao Museu Nacional

Durante o mês de maio, três acompanhantes de cada servidor da UFRJ não pagarão entrada no Museu de História Nacional, na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão.

A gratuidade já é concedida aos servidores portadores da carteira funcional.

Acervo – O Museu de História Natural – também conhecido por Museu da Quinta – possui um grande acervo histórico e científico. Dentre suas principais atrações há fósseis e esqueletos de dinossauros, múmias egípcias, meteoritos e muitos objetos usados por civilizações primitivas.

ASSEMBLEIA

Categoria reafirma posição contra o golpe na democracia e em defesa de direitos

Assembleia também aprovou encaminhamentos de esclarecimento, mobilização e luta nas bases

A adesão ao 14 de abril: Dia de Luta e Paralisação da Fasubra contra o Pacote de Reformas Fiscais do Governo e a participação da categoria no ato do funcionalismo à tarde, na Candelária, foram decisões da assembleia realizada na terça-feira, 12.

O Dia de Luta foi convocado pela Fasubra com o objetivo de alertar o governo de que os trabalhadores técnico-administrativos das universidades federais não vão aceitar passivamente a reforma da Previdência Social e tampouco a retirada de direitos do funcionalismo federal, estadual e municipal configurada no Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16.

Dentre os efeitos deste PLP estão a suspensão de reajustes e de nomeações de novos servidores, a instituição obrigatória da previdência privada, o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, as propostas de limites para crescimento dos gastos públicos, as licenças incentivadas e até programa de demissão voluntária.



Fotos: Renan Silva

COORDENADORES do Sintufjr Celso Procópio e Rafael Coletto compõem a mesa da assembleia

Informe – Gerly Miceli, que foi delegada à plenária nacional da Fasubra, informou que, por atuação de militantes, entre os quais trabalhadores da UFRJ, na Câmara Federal e, em particular, na Comissão de Constituição Justiça e Serviço Público, no dia 5 de abril, foi retirado o pedido de urgência para votação, em plenário, do PLP 257/16.

Deliberações

A assembleia aprovou os seguintes encaminhamentos:

- Nos próximos quinze dias, o Sintufjr realizará um debate sobre o PLP 257/16, quando também estará em pauta a aprovação de um indicativo de estado de greve contra o ataque aos direitos dos trabalhadores.
- O Sintufjr realizará reuniões nos locais de trabalho para explicar à categoria o PLP e fará mobilização em defesa de direitos.
- Nas assembleias, nenhuma faixa ou cartaz será afixado na mesa e nas laterais do auditório sem que haja identificação de seus autores.

Trabalhadores defendem posições e propostas na assembleia



O técnico-administrativo do Instituto de Química Marcílio Alves irritou os presentes na assembleia ao pendurar na parede do auditório uma faixa apoiando o impeachment da presidenta Dilma e contra o PT. Esta não é a primeira vez que ele provoca os militantes de partidos de esquerda e defende em assembleia posições direitistas. “A luta mesmo é pelo impeachment!”, gritou várias vezes Marcílio, que também fez críticas levianas ao conteúdo do Jornal do Sintufjr. Segundo ele, “a publicação não esclarece, mas o PLP é do governo”.

Como a categoria antenada sabe, a direção do Sintufjr não poupa críticas ao governo, principalmente em relação ao pacote de ajuste fiscal e ao PLP 257/16. Inclusive, na edição 1155 do jornal da categoria foi publicada matéria com a posição da Fasubra contrária aos atos da presidenta pre-

judiciais aos trabalhadores, e também sobre a decisão da recente plenária nacional da Federação contra o impeachment.



“Depois de três dias de discussões (1º, 2 e 3 de abril), a plenária da Federação aprovou, por ampla maioria, resolução contra o ajuste fiscal que retira direitos e contra o impeachment da presidenta Dilma”, informou o coordenador do Sintufjr Nivaldo Holmes.

Ele lembrou aos que são favoráveis ao impeachment que o grupo político que hoje usa a polícia e o Judiciário para dar o golpe na democracia futuramente usará esses mesmos instrumentos contra a categoria, criminalizando suas lutas. E propôs a adesão da categoria ao ato dos servidores do estado no dia 14, na Candelária.



Luis Pustiglione afirmou que era preciso ter clara a posição contra o impeachment e também contra a retirada de direitos como previsto no PLP 257/16—é “quase uma reforma administrativa” –, e reforçou a proposta de adesão ao ato dos servidores do estado, que também serão atingidos pelo PLP. Pustiglione propôs a votação do indicativo do estado de greve para levantar a categoria contra a retirada de direitos e que na próxima assembleia não se aceitasse faixa ou cartaz sem assinatura do autor ou autores.



Antônio Eduardo dos Santos

pediu que, mais do que se indignar, cada um dos presentes assumisse o compromisso de levar mais colegas às assembleias e a outros fóruns de luta da categoria, inclusive no dia 14. E acrescentou que a luta dos trabalhadores por garantia de direitos não ocorre só no Brasil, mas também em outros países, e com manifestações de rua.



O coordenador do Sintufjr Rafael Coletto lembrou os recentes movimentos de luta da categoria por direitos e também contra o governo, quando foi necessário, citando como exemplo a luta deflagrada para arrancar aumento do governo Dilma em pleno ajuste fiscal.

“Nossa luta independe de quem vá assumir ou não. Mas não podemos fechar os olhos e achar que (Michel) Temer é a mesma coisa, ou o Bolsonaro, que defende a ditadura militar. É preciso ficar atento, porque somos

servidores, portanto, nossos direitos têm a ver com quem ocupa o poder em Brasília. Só é bom para os ricos não nos metermos em questões políticas. Precisamos, sim, ter posição clara sobre a conjuntura política atual”, alertou Coletto. E propôs a realização de um debate, em até 15 dias, com os seguintes objetivos: explicar em detalhes o PLP, deliberar sobre o indicativo de estado de greve e analisar os últimos fatos políticos, para que se possa enfrentar o que está por vir.



Noemi de Andrade ratificou a crítica à faixa aberta no auditório da assembleia, lembrando que o Sintufjr é um sindicato de lutas, com bandeiras históricas e alicerçadas em posições contrárias ao que postulam partidos que defendem a homofobia, redução da maioria penal, entre outros ataques a direitos sociais expressos na faixa pendurada na parede à revelia da entidade de classe.

ELEIÇÕES ÓRGÃOS COLEGIADOS

Sintufjr reivindica democracia na UFRJ

Na sessão do Conselho Universitário em 14 de abril, o reitor Roberto Leher reiterou sua decisão de anular a votação ocorrida nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2015 na eleição dos novos representantes técnico-administrativos para o Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG).

Na luta em defesa do estado de direito no país, a entidade de classe não aceita a decisão da Reitoria e promete mobilizar a categoria por mais democracia interna na universidade. A diretoria sindical reivindica da Administração Central respeito aos votos depositados nas urnas pelos trabalhadores há mais de um ano, quando o processo eleitoral foi interrompido e a questão levada ao Consuni, por gestão de duas das três chapas que disputaram o pleito.

Apoios

A representante dos estudantes no Consuni, Helena de Carvalho, questionou que a universidade proponha atos em defesa da democracia, mas mantenha as cadeiras dos representantes técnico-administrativos vazias: “Cadê o governo compartilhado? Cadê a paridade nos órgãos colegiados?”, cobrou.

Raphael Pena, outro integrante da bancada estudantil, disse que “não é motivo para anular a eleição segundo alegações apresentadas por parte dos envolvidos no pleito de atraso na saída das urnas”. De acordo com o estudante, esse tipo de problema é comum ocorrer nas eleições do DCE, das decanias, para as direções de unidades e até para reitor. Ele também lembrou o compromisso de campanha dos atuais gestores da universidade de realizar um governo compartilhado.

Categoria já decidiu

Em abril de 2014, os técnicos-administrativos votaram para a escolha de seus representantes nos órgãos colegiados. Mas os votos não foram contados e as urnas ficaram sob a guarda da Comissão Eleitoral. Mas duas chapas que disputavam o pleito encaminharam denúncias sobre o processo ao Consuni.

A comissão considerou a atitude das chapas uma arbitrariedade, porque as denúncias nem sequer foram levadas aos integrantes da comissão. Por conta disso, o processo eleitoral está suspenso até hoje, e a categoria está há mais de um ano sem representação nos colegiados.

“Este debate está superado no seio da categoria”, disse no Consuni o coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis, explicando que “já foram realizadas quatro assembleias para



HELENA de Carvalho



RAPHAEL Pena

tratar sobre o tema e em todas elas os técnicos-administrativos deliberaram que quem deve conduzir o processo é a comissão eleitoral paritária — formada pelos técnicos-administrativos indicados pelo Sindicato e pessoal indicado pela Reitoria”.

Segundo Assis, “o que nos preocupa é o reitor tomar sua decisão e somente depois a comissão eleitoral ser informada sobre a portaria de anulação do processo eleitoral. Então, recai sobre a comissão eleitoral a responsabilidade por ter havido vícios na eleição. Temos que aprofundar o debate sobre a democracia na universidade, da mesma forma como a gente enfrenta o golpe que está sendo dado na democracia no âmbito nacional. Esse tema tem que ser tratado com seriedade por todos nós”.

Ele registrou que o dia 14 de abril foi definido como dia nacional de luta com paralisação da categoria e que os trabalhadores técnico-administrativos estão juntos na luta em defesa da democracia, mas também contra ações do governo que atingem direitos dos trabalhadores no âmbito federal, estadual ou municipal.

Outras cobranças

O coordenador sindical também cobrou da Reitoria no Consuni a realização do dimensionamento da força de trabalho, uma matriz de distribuição de vagas para a universidade e o atendimento das reivindicações da



FRANCISCO de Assis

Reitor explica sua decisão, mas não convence

De acordo com Roberto Leher, o artigo 64 do Estatuto da UFRJ estabelece que a eleição da representação dos técnicos-administrativos é convocada e supervisionada pela Reitoria e organizada do ponto de vista operativo pelo Sintufjr. Para ele, ficou evidente que “ocorreram graves irregularidades em termos organizativos que comprometeram a lisura do processo eleitoral”.

As irregularidades, segundo o reitor, vão “desde cédulas que induzem a voto, passando por algo muito grave, que foi a mudança na data da eleição. A antecipação da data só foi conhecida por uma das chapas, e era véspera de um feriado. Além de mesas sem mesários e que pudessem viabilizar os votos”.

Tudo isso, disse, levou a um diálogo com as três chapas e com o Sintufjr: “Fizemos uma proposta que, a nosso ver, respeita a autonomia do Sintufjr, que é o Sindicato convocar uma assembleia tendo como ponto de pauta o processo eleitoral para que a comissão eleitoral apresente seu posicionamen-

to, as chapas seus pontos de vista e a categoria decide. Mas este encaminhamento não foi acatado por uma das chapas e nem pelo Sintufjr”.

“Diante disso”, continuou Leher, “e avaliando que o processo já se estendeu demasiadamente, a Reitoria decidiu anular o processo eleitoral e convocar novas eleições, de modo que a representação (nos órgãos colegiados) possa estar fundamentada naquilo que é o valor maior deste Conselho: a legitimidade de cada um dos conselheiros.”

O reitor informou que a Reitoria está chamando o Sintufjr para estar junto na organização da nova eleição, “para que possamos imediatamente retomar o processo (eleitoral) num espaço curto de tempo”.

Categoria já tomou sua decisão em assembleias

A diretoria do Sintufjr reitera que já realizou quatro assembleias sobre o tema, e em todas elas a categoria ratificou o entendimento de que a comissão eleitoral deveria



ROBERTO Leher

encaminhar a apuração dos votos. Portanto, os técnicos-administrativos não aceitarão realizar uma nova assembleia para tratar do mesmo assunto.

Além disso, a diretoria do Sindicato não admite a tutela da Reitoria na organização da categoria, e reivindica mudanças no estatuto de forma a garantir a mesma autonomia do processo também aos estudantes. “A comissão eleitoral deve apurar as denúncias, o que até agora aconteceu”, indicou o coordenador sindical Francisco de Assis.

pauta interna — alvo de acordo assinado com o ex-reitor Carlos Levi e reafirmado na última greve —, que se

encontra em negociação com a atual gestão. Francisco de Assis lembrou ao reitor o seu compromisso com a cate-

goria de criar comissões envolvendo as pró-reitorias para tratar dos itens da pauta.

BRASIL

A resposta nas ruas tem que ser à altura da traição do voto popular de 54 milhões

Fotos: Divulgação

O domingo que passou entrou para a história do Brasil como o Dia do Golpe de 17 de abril. Num espetáculo grotesco, 367 deputados, de um total de 513 – sendo que, dos 367, 303 são investigados por algum crime –, votaram pela abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Os golpistas dedicaram seus votos a Deus, à família e a torturador na Ditadura Militar, num festival de boçalidade, hipocrisia e desrespeito à Nação brasileira. Uma vergonha nacional.

Em nenhum momento da votação foi citado o motivo real pelo qual estava sendo votado sim ao impedimento de uma presidente eleita com 54 milhões de votos e que não cometeu crime algum de responsabilidade. Foi um julgamento político, comandado pelo réu no Supremo Tribunal Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e que obedeceu ao toma lá dá cá prometido pela dupla Temer-Cunha: o chefe e o vice-chefe da quadrilha que quer tomar o poder no país a qualquer preço. Houve 137 votos contrários, 7 abstenções e 2 ausentes.

A decisão, no entanto, comemorada pelos notórios corruptos, não significa que Dilma tenha de deixar o Palácio do Planalto imediatamente. Ela continua na presidência. O pedido de abertura do impeachment foi encaminhado para o Senado, onde novamente estará em jogo o futuro do país. A pressão nas ruas contra o golpe na democracia continuará, com certeza. A presidente só será intimada e afastada caso o plenário do Senado decida que o processo deva ser instaurado. Até lá, muita resistência vermelha e persistência militante vão se desenrolar.

Reação

A resposta ao golpe, convocam os movimentos sindical e sociais, deve ser imediata. Agora, é ocupar as ruas e fazer greve geral. Dilma promete lutar até o fim. A forças populares também. A jornada de luta democrática e popular, uma jornada por liberdades, está em curso. Não ao golpe! A luta continua.

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardoso, fez um pronunciamento em nome da presidenta Dilma – que preferiu se manifestar somente na segunda-feira, dia 18 de abril –, no qual denunciou a traição de parlamentares, acusou Cunha, agradeceu a quem foi às ruas pela democracia e reafirmou a inocência de Dilma, e que ela não irá renunciar, pelo contrário. “Nos traz indignação que ele [Eduardo Cunha] seja juiz maior de um processo contra uma mulher honrada. Ela não vai renunciar, não vai fraquejar, não vai se acovardar. A luta que ela desenvolverá agora é a luta que desenvolveu antes. A luta pela democracia”.

Combativos

Na votação, parlamentares que não fazem parte da base do governo Dilma, como o PSOL, além do PCdoB, votaram em peso contra o impeachment. Nas suas declarações de voto, desmascararam o golpe e acusaram de criminoso e corrupto os vendilhões da pátria, como Eduardo Cunha. Na bancada do PDT, apesar de o partido ter indicado voto contrário ao impeachment, houve deserções.

Pelo PSOL, Glauber Braga e Jean Wyllys, ambos do Rio de Janeiro, deram seu recado. “Eduardo Cunha, você é um gângster, sua cadeira cheira a enxofre”, anunciou Glauber Braga. “Estou constrangido de participar de uma farsa conduzida por um ladrão”, vociferou Jean Wyllys. Pelo PCdoB, Jandira Feghalli, também do Rio, cravou seu não e afirmou: “O Michel Temer fez um processo de compra de votos e tivemos muita traição, o efeito manada, termo que sempre achei ofensivo, mas esses deputados mereceram esse nome”.

Indignação

Um dos episódios mais deprimentes foi a declaração do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Ele dedicou seu voto “sim” ao torturador-símbolo da ditadura, Carlos Alberto Brilhante Ustra, pisando nas vítimas que ele afogou nos banhos de sangue do DOI-Codi. Deu ânsia de vômito às pessoas de bem que assistiram ao circo dos horrores que foi a votação do Golpe de 17 de abril. Muitos “parlamentares” ovacionaram a declaração de voto de Bolsonaro.



Brasília



São Paulo

Retrocesso social, privatizações e ataques ao funcionalismo

“Não tenho nenhuma dúvida de que o golpe visa à implantação de um projeto de retrocesso social, ou ainda de desmantelamento de direitos sociais”, alerta o juiz do Trabalho André Luiz Machado, presidente da Associação de Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). Segundo ele, as forças por trás do pedido de impeachment são as mesmas que investem pesado no Parlamento para aprovar leis que retiram direitos sociais. “É o menosprezo da elite pelo processo democrático da inclusão social”, conclui.

O professor de Economia da Unicamp Pedro Rossi chama a atenção para o plano da oposição de desconstrução da Constituição de 1988 e da retirada de direitos sociais. O golpe, diz, é um atentado contra os fundamentos da democracia: “A soberania do voto popular é um desses pilares que estão sendo derrubados”, afirma, explicando que outros pilares estão sendo testados com este processo irregular, como a margem da Constituição e os direitos civis. Ele teme que as mobilizações sociais de resistência sejam reprimidas com a continuidade dos abusos da Justiça.

Rossi ratifica a ideia de que o programa pós-golpe é de desmonte do Estado, como explicitado no programa do PMDB “Uma ponte para o futuro”, endossado por Temer. Entre os objetivos da plataforma listados pelo professor estão: engessar o Estado e sua capacidade de estimular a economia, apontar o funcionalismo como culpado da crise, sucatear as instituições públicas e privatizá-las e desconstruir o Estado social.

Para o jurista Fábio Konder Comparato, o projeto do PMDB, que conduz o impeachment contra Dilma, reflete a visão das classes dominantes, sempre de prontidão a impedir que a riqueza produzida no Brasil seja democratizada. “Eles pensam: vamos acabar com essa história de educação e saúde para todos. Onde já se viu”, ironizou.

“As pessoas que apostam no programa “Uma ponte para o futuro” estão no Parlamento forçando a barra para aprovar os projetos que prejudicam os trabalhadores. E aqueles que estão no Parlamento resistindo a esses projetos de terceirização são os mesmos que estão nas ruas em defesa da democracia”, disse a desembargadora Magda Biavaschi.

Impedimento de Dilma ainda precisa passar pelo Senado

O futuro do mandato de Dilma, no Congresso, está agora nas mãos de 81 senadores. Uma comissão especial que tem presidente e relator, composta por 21 parlamentares (mais 21 suplentes), analisará o caso. Os integrantes da comissão especial são definidos conforme a proporcionalidade dos partidos ou dos blocos partidários.

Esta comissão tem 10 dias para apresentar um parecer admitindo ou não a abertura de processo. O parecer será votado na comissão e, independentemente do resultado, também apreciado pelo plenário do Senado. Em ambos os casos, a votação será por maioria simples, isto é, exige apenas a participação de metade dos membros que compõem a Casa, 42 senadores. Sem essa maioria, o processo será arquivado.

Caso seja aprovada a admissibilidade do processo, o que deve ser decidido em maio, a presidenta Dilma será notificada e afastada do cargo por um prazo máximo de 180 dias. O vice-presidente, Michel Temer, assume o posto. Com a decisão, o processo voltará à comissão especial para fase de instrução. É aí que a presidenta terá até 20 dias para apresentar sua defesa.

Depois de tudo analisado, depois de coleta de provas e depoimentos, um novo parecer com as conclusões será votado na comissão especial. Não há prazo definido para a conclusão dos trabalhos. Se aprovado mais esse parecer a favor do impeachment, o julgamento final do processo será marcado.

A sessão no Senado será presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Nessa última votação, feita apenas no plenário do Senado, é preciso dois terços dos votos para que o impedimento seja aprovado. Ou seja, 54 dos 81 senadores. Se os 54 votos não forem alcançados, Dilma Rousseff é absolvida e reassume o governo imediatamente.



Fotos: Divulgação

GÂNGSTER Eduardo Cunha no comando do espetáculo midiático de venda do país

Salvação de Cunha

O acordo para livrar a cara do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — réu no Supremo Tribunal Federal devido a contas secretas em país europeu e suspeito de ter envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras — está em gestação em Brasília. No STF o silêncio impera.

Na Câmara, em vez de avançar o processo na direção da cassação do mandato de Eduardo Cunha, o que deverá ocorrer é a aprovação

de uma inofensiva moção de censura pelo crime de manter cinco contas secretas na Suíça e ter mentido ao Congresso.

A impunidade de Cunha é o preço que a oposição — PMDB e Cia — se dispõe a pagar pelo apoio de uma máquina que foi decisiva ao golpe de Estado e afastar uma presidenta eleita, sem prova de crime de responsabilidade.

Dos 513 deputados do Congresso Nacional, 303 respondem por algum crime e mais de 200

estão na lista de “doações”, leia-se propina, da Odebrecht. Existem, pelo menos, mais de 100 parlamentares controlados a mão, com movimentos e interesses exclusivos, que barganharam até a mãe e “compraram” o silêncio de Eduardo Cunha nas operações fraudulentas investigadas pela Lava-Jato. O golpe engendrado de 17 de abril precisou muito de Cunha. Sua salvação agora é uma conta a ser paga.

Empresários mandam a conta para Temer

Um eventual futuro governo Michel Temer (PMDB-SP), que será empossado se a presidenta Dilma Rousseff vier a ser afastada temporariamente pelo Senado, já está sendo cobrado pelos empresários a adotar uma agenda de reformas, que suprime direitos sociais e pode trazer de volta até a CPMF, para fazer frente ao déficit fiscal.

A aprovação do pedido de impeachment na Câmara aliviou o empresariado, que não vê saída para a crise com a presidenta no poder. Os empresários acham que um possível novo governo de Temer terá de acabar com a obrigatoriedade dos gastos sociais em saúde e educação, fazer reformas da Previdência e das leis trabalhistas, e talvez seja preciso recriar a CPMF. A sede de poder e de acabar com um governo popular é tão grande que não cogitam a forte reação dos trabalhadores e do povo nas ruas.

Uma imagem que marcou as redes sociais foi a foto de Michel Temer — que fez do Palácio Jaburu, sua residência oficial, bunker para negociação de votos pelo impeachment — muito sorridente acompanhando a votação dos deputados.

O jurista que está dando um golpe de Estado, que não recebeu um voto sequer para ocupar a presidência da República, faz sua contagem regressiva e prepara sua chegada finalmente ao Planalto. Temer e o PMDB, após 21 anos de espera na sombra do poder, fazem seu dever de casa, e já estão na história como os golpistas de 17 de abril de 2016.

Nós afirmamos: Não Passarão!



LAPA e Copacabana foram palco das manifestações contra o golpe na democracia no domingo. No sábado, a Cinelândia foi inundada por blocos

Sonhos desfeitos com sangue

A jornada este ano do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela tão sonhada reforma agrária começou em 8 de março, com as mobilizações das mulheres

A história de luta pela terra no Brasil é feita de massacres e de assassinatos de famílias inteiras de trabalhadores e líderes rurais. Um dos mais marcantes foi o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, no Pará, onde 21 militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram mortos em uma violenta repressão policial integrada por 155 policiais militares. Ninguém foi punido até hoje.

No dia 7 de abril, no Paraná, estado governado pelo PSDB, mais trabalhadores rurais foram vítimas da ação da Polícia Militar. Foram mortos os militantes do MST Vilmar Bordim e Leomar Bhorback, baleados pelas costas, e sete ficaram feridos. Aproximadamente 25 integrantes do MST que circulavam em caminhonetes foram atacados enquanto faziam a vistoria na área próxima ao acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu, região central do estado.

O acampamento Dom Tomás Balduino se soma ao acampamento Herdeiros da Terra na luta contra o deserto verde de plantação de árvores Pinus e Eucaliptus por parte da empresa de celulose Araupel. A área onde estão os dois acampamentos e onde aconteceu o massacre pertence à União, mas é grilada pela empresa. Cerca de 3 mil famílias sem terra moram no local.

Segundo o MST, a ação contou com a participação de duas equipes da Polícia Militar do Paraná, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel. Em nota, o MST denunciou que os policiais criaram um clima de terror na cidade de Quedas do Iguaçu, tomando as ruas, cercando a delegacia e os hospitais para onde foram levados os feridos.

Violência de Norte a Sul

A violência no campo, combinada com a ação do aparelho de estado a favor do latifúndio, e a omissão em relação às demandas dos trabalhadores têm sido preponderantes nos últimos 30 anos, isto com prioridade para o avanço do modelo agrário exportador.

Nos últimos 30 anos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mais de 1.700 pessoas, entre indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores sem terra, foram assassinados em conflitos ocorridos de norte a sul do país, em todos os estados brasileiros. Menos de 10% foram a julgamento, prova

da conivência dos aparatos de segurança e do sistema judiciário com a matança promovida pelos latifundiários.

Para a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, a “frágil” democracia não chegou ao campo: “A frágil democracia construída nos últimos anos não chegou ao campo, não foi capaz de deter o latifúndio, de avançar na reforma agrária, e persiste a versão “moderna” dos coronéis com seus jagunços e organizações paramilitares que, com o apoio das polícias e do Judiciário, seguem tocando o terror, em lugares em que o nosso olhar alcança. A dor e a luta dessa gente que quer o direito de trabalhar e produzir de forma saudável o que irá para nossas mesas não sai no *Jornal Nacional*”.

A dirigente denuncia, por fim, o objetivo final dos poderosos do país: “A direita partidária, social e

econômica tenta destruir a nossa frágil democracia, golpear a classe trabalhadora, retirar direitos, alinhar-se ao imperialismo norte-americano e deter qualquer possibilidade de realização das nossas bandeiras históricas, a exemplo da reforma agrária”. E sustenta: “Segue firme o Abril Vermelho”.

Abril Vermelho

O mês de março foi marcado por ocupações de latifúndios improdutivos, como também por manifestações contra a tentativa de golpe na democracia brasileira, e prossegue com o Abril Vermelho, quando o Massacre de Eldorado dos Carajás completa 20 anos.

Em dezembro, o MST entregou uma carta à presidenta Dilma Rousseff com todos os pontos de pauta para os quais o movimento exige avanços. O MST denuncia que ações do governo relacionadas à reforma agrária breparam

a expansão do programa – 60% do orçamento da reforma agrária foi cortado e o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ficou completamente paralisado, não pagando inclusive os processos de desapropriação.

Balanco – Em 2015, foram assentadas 19 mil famílias que participavam de processos em andamento de anos anteriores. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que o governo compra a produção agrícola de produtores familiares e a distribui para escolas e hospitais públicos, teve orçamento de R\$ 200 milhões. No governo Lula, o PAA chegou a investir R\$ 1 bilhão. No governo Dilma, houve também a paralisação do programa Minha Casa Minha Vida no campo e a redução dos recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) de R\$ 70 milhões para R\$ 20 milhões.

Fotos: Divulgação



Foto: Júlio Rocha. Arquivo pessoal. júlio.jornalismo@iglobo.com



MANDANTES e pistoleiros do Massacre de Eldorado dos Carajás nunca foram punidos



CORPOS dos assassinados no Paraná, em 7 de abril, cobertos com a bandeira do MST

Concentração criminosa de terras

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

Mas ao longo de cinco séculos de latifúndio, também foram travadas lutas e resistências populares. As lutas contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão marcam a história dos trabalhadores. A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade.

Esta resistência popular pela democracia da terra deu origem, em 1984, ao movimento camponês nacional Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que nasceu com o objetivo de lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças no país.

Sua arma sempre foi a ocupação de terras improdutivas para forçar o governo a regularizá-las para uso em prol da reforma agrária. “Ocupar, Resistir, Produzir” foi o lema criado em 1990 devido à forte repressão às lutas sociais no campo e ao não avanço da reforma agrária.

A bandeira do MST pela reforma agrária também foi acompanhada por bandeiras sociais. Depois do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, foram realizadas diversas marchas pela Reforma Agrária e por Reformas Sociais.

Após dezesseis anos de existência, o MST tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviço, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor da educação, no ano de 2000 o MST já contava com 1.500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3.500 professores onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo.

PROFESSOR João Massena abre o ano letivo dos novos alunos do curso



Samora Machel e Sintufrj dão boas-vindas aos novos aspirantes a uma vaga no ensino superior

O ano letivo dos alunos do Curso Pré-Universitário Samora Machel começou no dia 11 de abril, com aula inaugural no auditório Horácio Macedo, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Foram oferecidas 362 vagas, mas o número de candidatos inscritos foi maior: 465. Desde 2013 o Sintufrj mantém parceria com o curso para atender os sindicalizados e seus dependentes.

O Pré-Universitário Samora Machel existe há 14 anos e tem ainda como parceiros o CCMN e a Pró-Reitoria de Extensão (PR-5). A filosofia do curso é a inclusão dos que estão fora das salas de aula. “Esse projeto foi iniciado em 2002 com o governo Lula para dar oportunidades, e deve ir até 2018 com a presidenta Dilma, porque na minha cabeça não vai ter golpe nenhum neste país”, afirmou o professor do Instituto de Química da UFRJ João Massena, o idealizador do curso.

Funcionamento – Os 362 alunos estão divididos em seis turmas, sendo as aulas ministradas de segunda a sexta-feira, no CCMN, das 18h30 às 21h30.

Boas-vindas

A vice-decana do CCMN, Cássia Turci, e a coordenadora-geral do Sintufrj Ana Célia Silva deram as boas-vindas aos futuros universitários. “Este é um grande projeto de extensão, e temos como objetivo fazer com

que vocês venham para a UFRJ. Este ano temos um calouro de química ex-aluno do Samora Machel, então, vocês têm condições de cursar qualquer graduação. Vocês têm que procurar o que gostam de fazer para dar certo”, incentivou a professora.

“Nós estamos em parceria com o curso desde 2013 porque acreditamos e confiamos na sua eficácia. E a parceria tem dado certo. Por isso, em nome do Sintufrj, lhes dou as boas-vindas e lhes desejo muita sorte e determinação para realizarem o sonho de ingressar numa universidade. Nós, do Sintufrj, estaremos sempre caminhando lado a lado com vocês, superando os obstáculos que porventura surgirem”, afirmou Ana Célia.

Objetivos do curso

O Samora Machel tem dois objetivos, segundo João Massena: o primeiro, dar a oportunidade de acesso ao ensino superior, especialmente aos moradores do entorno da Ilha do Fundão; segundo, contribuir para a formação de alunos dos cursos de licenciatura da UFRJ. No momento, o Samora Machel conta com 27 professores voluntários, sendo 10 bolsistas de graduação e pós-graduação.

Em 2015, o Samora Machel aprovou 34 alunos para o ensino superior, a maioria ingressou na universidade pública, inclusive na Uerj. Alguns obtiveram bolsas de até cem por cento em instituições particulares pelo bom de-

sempenho no Enem. “Isso prova a qualidade do curso. E agradeço a parceria com o Sintufrj, que tem contribuído muito para a manutenção e o crescimento do curso. O Sintufrj realmente apoia e contribui”, disse João Massena.

Segundo o professor, a boa divulgação que tem sido feita do curso levou muitos trabalhadores terceirizados da UFRJ a se inscreverem, o que ele achou ótimo: “Este é um dos nossos objetivos, porque é estranho termos aqui um centro de pesquisa e ao lado dele ter pessoas que ainda não foram alfabetizadas e sem ensino superior”.

Parceria acertada

Para o coordenador de Educação, Cultura e Formação Sindical do Sintufrj, Clério Francisco Rosa, a parceria firmada pela entidade quando houve a reestruturação do Curso Pré-Vestibular do Sintufrj (CPV) tem se mostrado acertada. “A direção sindical resolveu incentivar a manutenção do curso firmando a parceria. Foi a união da vontade de ampliar o curso para toda a categoria e a de incluir o pessoal do entorno da UFRJ. O projeto é de inclusão, pois o gargalo para o acesso ao ensino superior existe. Por essa razão insistimos na manutenção do Curso Pré-Universitário Samora Machel”, definiu o sindicalista.

A parceria, segundo Clério, possibilitou ainda a ampliação

de vagas para os técnicos-administrativos em educação e seus dependentes no CPV-Sintufrj, porque o curso passou a ser exclusivo para os sindicalizados e seus dependentes. Antes, também atendia sindicalizados de outras categorias.

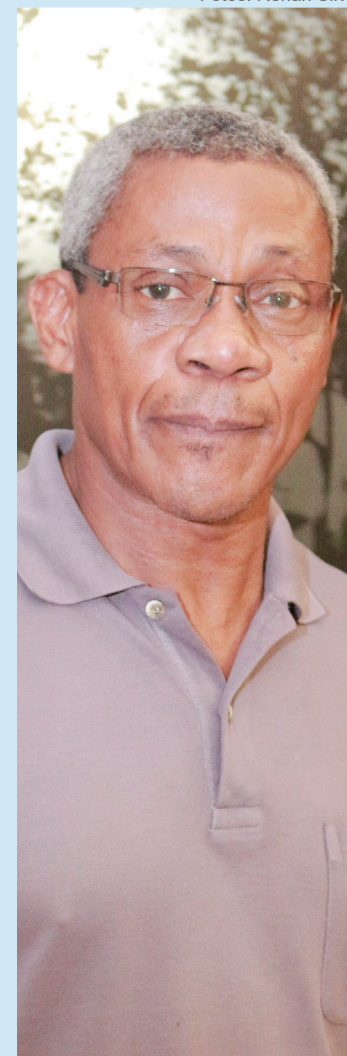
Outro benefício da parceria foi possibilitar o crescimento do Samora Machel: “Antes eram oferecidas 300 vagas,

hoje são 362. A inclusão é o mais importante, mas existe também o processo de ensino e aprendizagem mútuo com graduandos e pós-graduandos lecionando no curso. Este ano temos três pós-graduandos na turma de professores. As escolas particulares são caras, a escola pública tem sua deficiência, por isso este projeto é de suma importância”, observou Clério.

Fotos: Renan Silva



ANA Célia Silva



CLÉRIO Francisco Rosa